

BANCO SEMEAR S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2021

BANCO SEMEAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2021

CONTEÚDO

Relatório da Administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
QUADRO 1 – Balanços patrimoniais	9
QUADRO 2 – Demonstrações dos resultados dos semestres	11
QUADRO 3 – Demonstrações dos resultados abrangentes	12
QUADRO 4 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
QUADRO 5 – Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco Semear, em conformidade com a legislação em vigor, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, juntamente com as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

O Banco Semear (“Banco” ou “Instituição”), banco múltiplo, de capital fechado, com atuação em todo o território brasileiro, é focado nos segmentos de pessoa física e pessoa jurídica, atuando com operações de crédito e serviços financeiros.

No segmento de pessoa física, Negócio Varejo, o Banco atua diretamente no financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, por meio de redes varejistas regionais, e com estratégia clara de pulverização desta base através de ampliação de novas parcerias operacionais.

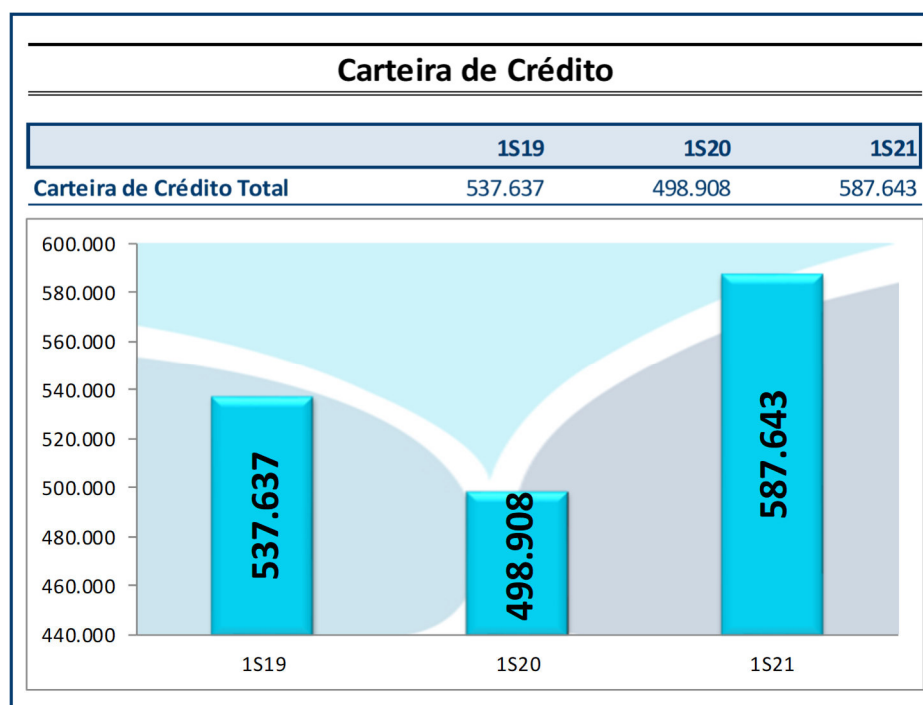
No segmento de pessoa jurídica, Negócio Empresa, o Banco atua majoritariamente com empresas de médio e pequeno porte em financiamentos de curto e médio prazo, com operações de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis. A estratégia de atuação focou na pulverização da carteira, privilegiando operações performadas e a qualidade das garantias recebidas. O Banco oferece, também, o Negócio Câmbio atuando junto a empresas importadoras e exportadoras de pequeno e médio porte (que possuam direito e obrigações no exterior – derivadas de serviço ou do comércio de produtos) com operações de Câmbio Pronto.

O Planejamento Estratégico alinhado ao foco de atuação, para os próximos anos, permanece com forte investimento na infraestrutura, inserção no universo digital, em especial voltado para expansão de operações no mercado de meios de pagamentos, fortalecimento da Governança Corporativa e continuidade de ampliação do portfólio de produtos e serviços para melhor atender os nossos clientes.

Desempenho Operacional

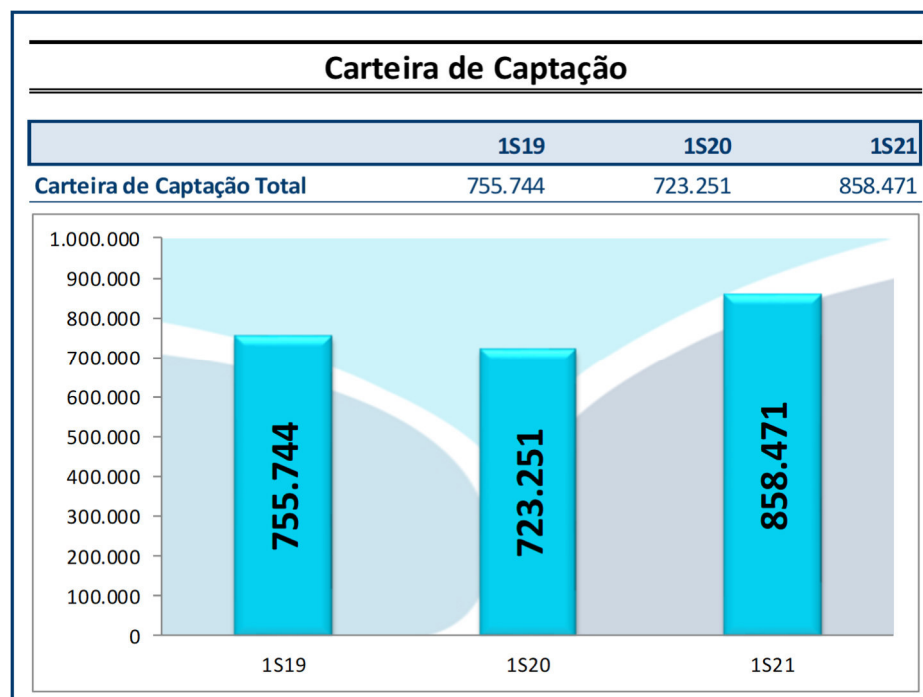
Carteira de crédito:

A carteira de crédito Pessoa Física representa 60,4% da carteira total, e a carteira varejo 52,8%, sendo que o Crédito Direto ao Consumidor representa 44,8%, Empréstimo Pessoal 7,9% e Empréstimo Consignado 0,1%. A carteira de crédito Pessoa Jurídica representa 39,6% do total e é composta por Crédito PJ e Antecipação de Recebíveis, sendo o primeiro o principal produto da carteira, representando 35,9%. A carteira imobiliária fechou o ano representando 8,1% da carteira de crédito total do banco.



Captações

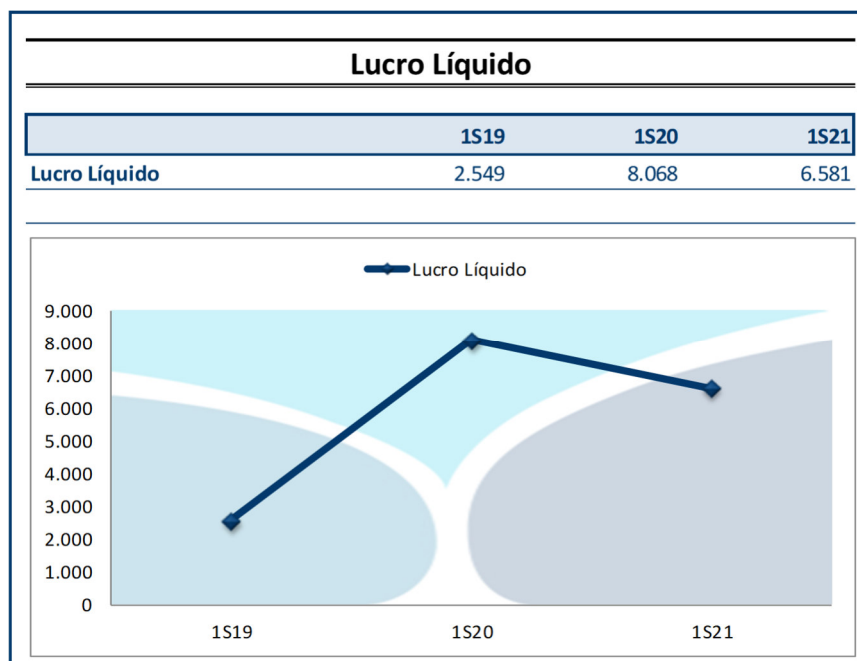
Nas captações, o Banco teve um crescimento em relação ao mesmo semestre do ano anterior. A carteira de captação totalizou R\$858,5 milhões, pulverizadas entre correntistas, distribuidores e o Bacen, através da Letra Financeira Garantida (LFG), emitidos com prazo de liquidez alongados, sendo que os CDBs continuam sendo a principal fonte de captação. O incremento entre os anos de 2020 e 2021 ocorreu com o intuito de aumentar o caixa do Banco diante do aumento da demanda por crédito e aumento no número de empresas e varejistas atendidos.



Desempenho Econômico-Financeiro

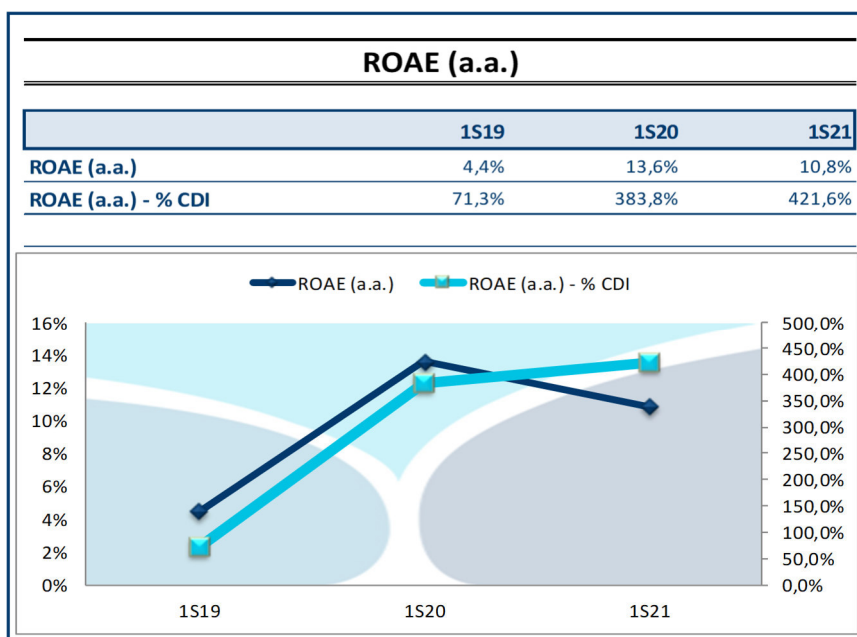
Lucro Líquido

O Banco Semear fechou o primeiro semestre de 2021 apresentando um lucro líquido no montante de R\$6,6 milhões, valor este inferior ao ocorrido no mesmo semestre de 2020.



Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) foi de 10,8% a.a., inferior em 2,7 p.p. quando comparado ao mesmo semestre do ano anterior. Comparando o ROAE em % do CDI, o retorno foi de 421,6% do CDI, superior ao apresentado no primeiro semestre de 2020.



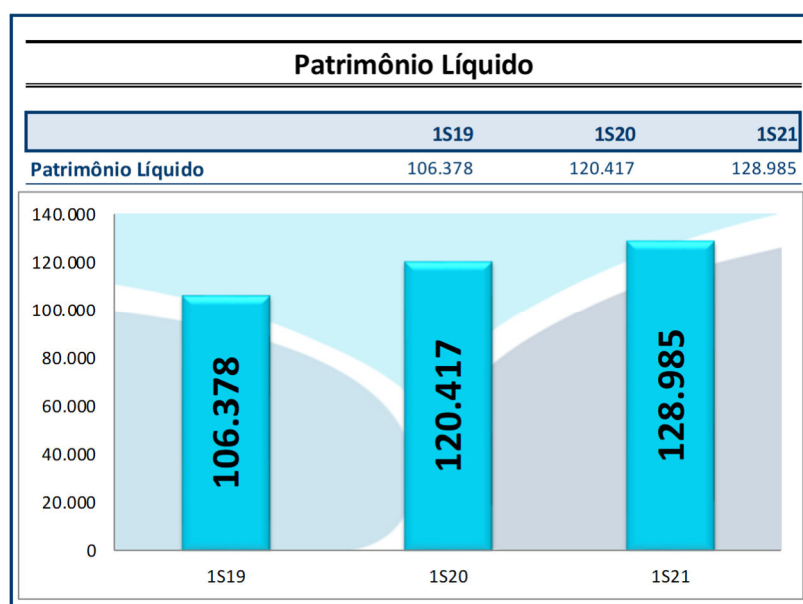
Resultado bruto de intermediação financeira

O resultado de intermediação financeira, antes da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, fechou o semestre em R\$55,9 milhões, representando um decréscimo de R\$16,0 milhões em relação ao mesmo semestre de 2020.

Desempenho Patrimonial

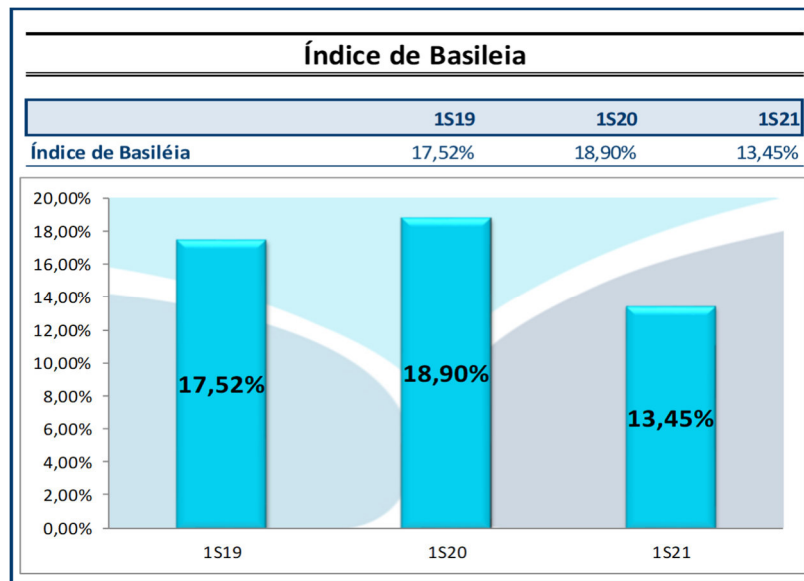
Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido foi incrementado em 2021 encerrando o primeiro semestre em R\$129,0 milhões, contra um montante de R\$120,4 milhões no mesmo semestre de 2020.



Índice da Basileia

O índice de Basileia apurado no final do primeiro semestre de 2021 foi de 13,45%, mantendo-se a estrutura de capital confortável e sustentável para suportar eventuais riscos inerentes ao negócio e crescimento projetado para os próximos exercícios.



Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital que demonstra a necessidade frente ao atendimento dos limites operacionais vigentes, bem como em face aos riscos, aos quais, a instituição está sujeita, considerando as metas de crescimento e os planos de ações para tornar factível o cumprimento do planejamento estratégico. A gestão é realizada de forma segregada das unidades de negócios e as políticas de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo que suas diretrizes são conduzidas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

Agradecimentos

Apesar de um contexto de mercado com pequeno crescimento e os efeitos adversos da pandemia do coronavírus, os resultados alcançados neste primeiro semestre de 2021 refletem a gestão positiva e eficiente de nossas operações, com busca de novas soluções para os nossos clientes, mitigação de riscos e diversificação dos negócios. Assim, ensejamos uma ótima perspectiva para os próximos anos.

Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores e parceiros pela confiança.

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO MG – 2021/108

Aos

Administradores e aos Acionistas do

Banco Semear S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Banco Semear S.A.** (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco Semear S.A.** em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **Banco Semear S.A.** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa 4, a Administração revisou o processo de registro das obrigações e despesas de comissão de equalização do produto CDC-E, objetivando a criação de controles e registros contábeis mais acurados e sistêmicos. Os efeitos apurados, principalmente, aqueles relacionados ao registro de passivos adicionais, bem como, seus efeitos tributários diferidos, foram estimados e apresentados retrospectivamente. As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2020 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os devidos efeitos citados, em conformidade com a NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e a NBC TG 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, bem como, as Resoluções 4007/11 e 4.842/20, respectivamente. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade e a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

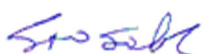
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2021.



Gilberto Galinkin

Contador CRC MG - 035.718/O-8

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes

CRC MG - 005.455/O-1

QUADRO 1

BANCO SEMEAR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas explicativas	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		800.662	698.523
Caixa e equivalentes de caixa	5	147.884	70.306
Instrumentos financeiros		633.569	570.971
Títulos e valores mobiliários	6	172.710	120.628
Relações interfinanceiras		2.189	295
Pagamento e recebimentos a liquidar		1.852	
Depósitos no Banco Central		294	280
Correspondentes		43	15
Carteiras de crédito	7	454.088	435.878
Operação de crédito		456.776	449.335
Outros créditos com característica de concessão de créditos		25.647	32.996
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(28.335)	(46.453)
Outros ativos financeiros	8	4.582	14.170
Rendas a receber		771	648
Diversos		4.136	13.812
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(325)	(290)
Outros ativos	10	19.209	57.246
Outros valores e bens		17.709	56.503
(-) Provisão para desvalorizações		-	(1.349)
Despesas antecipadas		1.500	2.092
Não circulante		259.768	187.830
Instrumentos financeiros		122.467	88.184
Carteiras de crédito	7	98.000	69.102
Operação de crédito		64.382	33.491
Outros créditos com característica de concessão de créditos		40.838	44.429
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(7.220)	(8.818)
Outros ativos financeiros	8	24.467	19.082
Rendas a receber			296
Diversos		27.252	21.571
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(2.785)	(2.785)
Créditos tributários	9	92.163	94.114
Investimentos		422	317
Imobilizado de uso		977	927
Outras imobilizações de uso		3.182	3.053
(-) Depreciação acumulada		(2.205)	(2.126)
Intangível		461	2.951
Ativos intangíveis		2.900	7.345
(-) Amortização acumulada		(2.439)	(4.394)
Outros ativos	10	43.278	1.337
Outros valores e bens		37.560	-
(-) Provisão para desvalorizações		(1.370)	-
Despesas antecipadas		7.088	1.337
Total do ativo		1.060.430	886.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 1 (Página 2)

BANCO SEMEAR S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas explicativas	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		374.824	338.664
Passivos financeiros		374.824	338.664
Depósitos	11	317.728	244.647
Depósitos à vista		15.082	19.074
Depósitos a prazo		302.646	225.573
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	15.010	46.342
Relações interfinanceiras		359	-
Outros passivos financeiros	13	41.727	47.675
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.108	9
Fiscais e previdenciárias		2.124	10.725
Carteira de Câmbio		1.134	-
Diversas		37.002	36.233
Receitas antecipadas		359	708
Não circulante		556.621	425.285
Passivos financeiros		529.768	396.807
Depósitos	11	525.733	392.498
Depósitos a prazo		525.733	392.498
Outros passivos financeiros	13	4.035	4.309
Fiscais e previdenciárias		-	54
Diversas		3.712	3.874
Receitas antecipadas		323	381
Provisões	14	26.853	28.478
Patrimônio líquido	15	128.985	122.404
Capital social		106.711	106.711
De domiciliados no país		106.711	106.711
Reserva legal		3.436	3.107
Reserva de retenção de lucros		18.838	12.586
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.060.430	886.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

BANCO SEMEAR S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS

EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

<i>(Em milhares de Reais)</i>	Notas explicativas	30/06/2021	30/06/2020 Reapresentado
Receitas de intermediação financeira		75.763	88.117
Operações de crédito	7g	65.274	78.891
Outros créditos com característica de concessão de créditos	7g	6.344	5.388
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez		1.826	1.670
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6c	2.083	2.167
Resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos	6c	(373)	-
Resultado com operações de câmbio		609	1
Despesas de intermediação financeira		(19.896)	(16.222)
Operações de captação no mercado	11	(19.896)	(16.222)
Resultado bruto da intermediação financeira		55.867	71.895
Resultado de provisões para perdas		(14.644)	(26.232)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7c	(14.644)	(26.232)
Outras receitas (despesas) operacionais		(32.869)	(31.168)
Receitas de prestação de serviços	16	891	887
Rendas de tarifas bancárias	16	1.228	1.243
Despesas de pessoal	17	(10.292)	(9.914)
Outras despesas administrativas	18	(22.417)	(20.678)
Despesas tributárias	19	(6.257)	(5.351)
Outras receitas operacionais	20	10.042	7.593
Outras despesas operacionais	21	(6.064)	(4.948)
Resultado operacional		8.354	14.495
Resultado não operacional		(1.237)	(652)
Outras receitas		832	516
Outras despesas		(2.069)	(1.168)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações		7.117	13.843
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(536)	(5.775)
Imposto de renda	22	918	(3.199)
Contribuição social	22	487	(2.159)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido	22	(1.941)	(417)
Resultado do semestre		6.581	8.068
Resultado líquido por ação - R\$		0,05	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

BANCO SEMEAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS SEMESTRES FINDOS

EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u> Reapresentado
Resultado do semestre	<u>6.581</u>	<u>8.068</u>
Outros resultados abrangentes do semestre	-	-
Total do resultado abrangente do semestre	<u><u>6.581</u></u>	<u><u>8.068</u></u>
Resultado líquido por ação - R\$	<u><u>0,05</u></u>	<u><u>0,06</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4**BANCO SEMEAR S.A.****DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS****EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020****(Em milhares de Reais)**

	Reservas de Lucro			Total	
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	104.119	2.581	15.188	-	121.888
Ajuste de exercícios anteriores			(9.539)		(9.539)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	104.119	2.581	5.649	-	112.349
Aumento de capital					
Resultado do semestre				3.518	3.518
Constituição de Reserva Legal		176		(176)	
Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros			3.342	(3.342)	
Saldos em 30 de Junho de 2020	104.119	2.757	8.991		115.867
Ajuste do semestre			4.550		4.550
Saldos em 30 de junho de 2020 (Reapresentado)	104.119	2.757	13.541		120.417
Mutações do período		176	3.342		8.068
Saldos em 31 de dezembro de 2020	106.711	3.107	12.586	-	122.404
Resultado do semestre				6.581	6.581
Constituição de Reserva Legal		329		(329)	
Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros			6.252	(6.252)	
Saldos em 30 de junho de 2021	106.711	3.436	18.838		128.985
Mutações do período		329	6.252		6.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5**BANCO SEMEAR S.A****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) DO SEMESTRES FINDOS
EM 31 DE JUNHO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Fluxo de caixa proveniente das operações		Reapresentado
Resultados dos períodos	6.581	8.068
Ajustes dos resultados dos períodos com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação	114	91
Amortização	762	903
Resultado na baixa de intangível	1.729	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (operações de crédito)	13.310	22.918
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (com característica de concessã	1.334	3.256
Impostos e contribuições s/ ativos diferidos	1.941	417
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (outros valores e bens)	(504)	650
Provisão para pagamentos a efetuar	190	(974)
Provisão para passivos contingentes	(1.755)	532
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.405)	5.358
	<u>15.716</u>	<u>33.151</u>
Resultados dos períodos ajustados	22.297	41.219
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Redução (aumento) nos ativos:		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	310
Títulos e valores mobiliários	(52.082)	14.701
Operações de crédito	(69.666)	(8.039)
Outros créditos com característica de concessão de créditos	7.914	(8.626)
Outros ativos financeiros	6.958	856
Outros valores e bens	(3.400)	2.629
Relações interfinanceiras e interdependências	(1.894)	(1.151)
	<u>(112.170)</u>	<u>680</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Depósitos	206.316	62.016
Recursos de aceites e emissão de títulos	(31.332)	(7.423)
Relações interfinanceiras	360	272
Passivos contingentes	(1.624)	809
Outras obrigações	(4.648)	(17.355)
	<u>169.072</u>	<u>38.319</u>
Impostos de renda e contribuição social pagos antecipadamente	(1.352)	(1.940)
Fluxo de caixa proveniente de (utilizado nas) das atividades operacionais	77.847	78.278
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ajustes no Investimento	(105)	(70)
Aquisição no imobilizado de uso	(164)	(41)
Fluxo de caixa proveniente de (utilizado nas) atividades de investimento	(269)	(111)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	77.578	78.167
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos	70.306	76.773
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos períodos	147.884	154.940
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	77.578	78.167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

O Banco Semear S.A. (“Banco” ou “Instituição”) é um banco múltiplo, de capital fechado, fundado em 2006, com atuação em todo território brasileiro. Está situado em Belo Horizonte, oferecendo aos seus clientes amplo portfólio de produtos e serviços financeiros, nos segmentos pessoa física e pessoa jurídica, com os seguintes produtos:

- **Pessoa física:** Operações de financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, através de redes varejistas regionais de eletrodomésticos e insumos agropecuários.
- **Pessoa jurídica:** Operações para empresas pequenas e médias nas modalidades de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis, em especial de cartões de créditos.
- **Serviços:** Investimentos, intermediação de seguros e câmbio.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen), contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), no que for aplicável.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Bacen.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são:

- **Resolução nº 3.566/2008** - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1).
- **Resolução nº 3.604/2008** - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2).
- **Resolução nº 3.750/2009** - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1).
- **Resolução nº 3.823/2009** - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).
- **Resolução nº 3.973/2011** - Evento Subsequente (CPC 24).
- **Resolução nº 3.989/2011** - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1).
- **Resolução nº 4.007/2011** - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação do erro (CPC 23).
- **Resolução nº 4.144 /2012** - Pronunciamento conceitual básico (CPC 00 R1).
- **Resolução nº 4.534/2016** - Ativo intangível – (CPC 04 (R1)).
- **Resolução nº 4.535/2016** - Ativo imobilizado – (CPC 27).
- **Resolução nº 4.524/2016** – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 - R2).

- **Resolução nº 3.959/2019** – Resultado por ação – (CPC 41)
- **Resolução nº 4.748/2019** – Mensuração do valor justo – (CPC 46).
- **Resolução nº 4.877/2020** – Benefícios a empregados – (CPC 33 R1)

Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de forma prospectiva ou retrospectiva.

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.270/2019 e Circular Bacen nº 3.959/2019 foram incluídas nas demonstrações financeiras do Banco Semear. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridades com requerimentos de apresentação das normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações introduzidas foram:

Balanco Patrimonial

Apresentação dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade.

Adoção de nova nomenclatura e grupamento de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros (incluindo a apresentação agrupada da carteira de crédito), passivos financeiros, ativos, provisões e créditos tributários. O crédito tributário até 31 de dezembro de 2019 era segregado entre circulante e não circulante, no entanto com a Circular Bacen nº 3.959, este passa a ser classificado apenas no não circulante independentemente da sua realização.

Demonstração do Resultado

Abertura de despesas de provisões segregadas pela classes mas relevantes apresentado na lista “Resultado de provisão para perdas”. Mudança da alocação das despesas com “Provisão para perdas associadas ao risco de crédito”, que anteriormente era denominada de “Provisão para crédito de liquidação duvidosa”, passando a ser representado logo após “Resultado de intermediação financeira”. A receita de recuperação de crédito anteriormente baixado como prejuízo passou a ser apresentada nessa linha.

Eliminação da nomenclatura de “Resultado não operacional”, bem como receitas e despesas não operacionais. Itens com essas características passaram a ser denominados “Outras receitas” ou “Outras despesas”.

Demonstração do Resultado Abrangente

Apresentação da Demonstração do Resultado abrangente a partir do exercício de 2020.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, no semestre findo em 30 de junho de 2021, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 7** - Critério de provisionamento: mensuração de perdas estimadas com operação de crédito.
- **Nota Explicativa nº 9** - Reconhecimento de créditos tributários diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota Explicativa nº 14** - Reconhecimento e mensuração de contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de agosto de 2021.

3 Principais critérios contábeis adotados

a. Apuração de resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência e são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, e, quando se correlacionam, ocorre o reconhecimento de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

As operações com encargos financeiros pre-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

O resultado é ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em períodos seguintes.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.

c. Aplicações interfinanceiras

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Títulos e valores mobiliários

A Circular Bacen nº 3.068/2001 determina a classificação dos títulos e dos valores mobiliários de acordo com a intenção de negociação pela Administração na categoria específica, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- i. **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e os valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os títulos e os valores mobiliários classificados na categoria para negociação, bem como os instrumentos financeiros derivativos, se houver, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para os quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração (veja Nota Explicativa nº 6).

- ii. **Títulos disponíveis para venda** – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros, que podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos no resultado do período e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, “Ajuste a valor de mercado - TVM”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas, quando realizados são reconhecidos no resultado mediante a identificação específica na data de negociação, em contrapartida do patrimônio líquido, em conta destacada, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

- iii. **Títulos mantidos até o vencimento** – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

e. Operações de crédito, provisão para perdas com operações de crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 0 a 14 dias	A
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

O Banco também levou em consideração na mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito os critérios estabelecidos pela Resolução CMN 4.803/20, que dispõe sobre a reclassificação das operações renegociadas entre 1º de março e 30 de setembro de 2020, em função da pandemia da Covid 19, para o nível que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020 nas condições especificadas.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos períodos de atraso acima descritos.

f. Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

g. Outros valores e bens

Composto, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio correspondem a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamentos e registrados pelo valor contábil dos contratos de empréstimo ou recebíveis de crédito imobiliários (veja Nota Explicativa nº 10).

Os recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, são registrados no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e os montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e os direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos do Banco ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados (veja Nota Explicativa nº 9).

h. Imobilizado

É demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%; e sistema de processamento de dados - 20%.

Conforme Resolução CMN nº 4.535/2016, o saldo do imobilizado está apresentado a valores recuperáveis e os valores residuais são revistos periodicamente e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

i. Intangível

Correspondente aos direitos adquiridos cujo objeto se refere a bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016. Está composto por direitos na aquisição de *softwares*, amortizados pelo prazo pertinente.

j. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (veja Nota Explicativa nº 11).

k. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009 e de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes:** decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, funcionários, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos.

Essas contingências são apuradas das seguintes formas:

- **Processos específicos:** são processos que possuem matéria e/ou valor relevante, conforme avaliação de assessores jurídicos, sendo classificados como: **(a)** prováveis, para os quais são constituídas provisões; **(b)** possíveis, que somente são divulgados sem que sejam provisionados; e **(c)** remotos, que não requerem provisão nem divulgação. A apuração das classificações (prováveis, possíveis e remotas) é feita com base nas provas produzidas nos autos, subsídios fáticos levantados, jurisprudências e histórico de decisões em demandas semelhantes e decisões proferidas na própria demanda judicial.
- **Processos massificados:** assim entendidos os processos volumosos, que possuem objeto e causa de pedir semelhante, em geral, são processos que envolvem relação de consumo, com matéria mais simples e valores menores. A contingência é apurada com base no modelo estatístico, ou seja, apura-se o comportamento da carteira de processos nos últimos 12 (doze) meses, e reflete-se o resultado na carteira atual. Assim, são considerados os processos que nos últimos 12 (doze) meses foram baixados e os que permaneceram ativos, dentre os baixados quais foram com e quais sem pagamento. Os resultados obtidos são refletidos na carteira atual para então obter-se o valor do contingenciamento.
- **Processos trabalhistas:** são processos ajuizados contra o Banco por ex- funcionários do próprio Banco, bem como por ex-funcionários de empresas terceiras prestadoras de serviços. São considerados, para fins de contingenciamento, apenas os processos com risco provável, sendo desconsiderados os processos com risco possível ou remoto. Assim que recebidos, os processos são registrados com o risco possível, sendo certo que, à medida que vão sendo proferidas as decisões, o risco é alterado para remoto, caso as decisões sejam favoráveis, ou provável, caso as decisões sejam desfavoráveis. Proferidas as decisões, a assessoria contábil faz a liquidação dos valores para devido provisionamento, nos casos de risco provável.
- **Obrigações legais:** a provisão para riscos fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (veja Nota Explicativa nº 13).

I. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%.

Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A Emenda Constitucional nº 103 de 2019, com vigência a partir de 1º de março de 2020, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) para bancos em 5% (cinco por cento). A referida majoração acarretou ajuste para os saldos de ativos e passivos diferidos oriundos de CSLL a ser constituídos sob as novas regras.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos.

m. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os títulos e os valores mobiliários classificados nas categorias de títulos para negociação e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

o. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4 Reapresentação das Demonstrações Financeiras - valores correspondentes

Os usuários das demonstrações financeiras devem ter a possibilidade de comparar as demonstrações contábeis da entidade ao longo do tempo para identificar tendências na sua posição patrimonial e financeira, no seu desempenho e nos seus fluxos de caixa. Por isso, com o intuito de demonstrar informação confiável e mais relevante e completa nas demonstrações financeiras, a Administração revisou o processo de registro das despesas de comissão de equalização do produto CDC-E, objetivando a criação de controles e registros contábeis mais acurados e sistêmicos. Os efeitos apurados, principalmente relacionados ao registro dos seus efeitos tributários diferidos, foram estimados e apresentados retrospectivamente, de acordo com os requerimentos da Resolução nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação do erro (CPC 23).

Os quadros comparativos encontram-se abaixo discriminados:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Anterior</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Atual</u>
Receitas de intermediação financeira	79.845	8.272	88.117
Outras receitas de intermediação financeira	113.532		113.532
Desp. com Comissões de Oper. Crédito	(33.687)	8.272	(25.415)
Outros Resultados	(74.275)		(74.275)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações	5.570	8.272	13.842
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(2.052)	(3.722)	(5.774)
Resultado do semestre	3.518	4.550	8.068

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Anterior</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Atual</u>
Resultado do período	3.518	4.550	8.068
Ajustes dos resultados dos períodos com recursos provenientes de atividades operacionais:	28.942	4.209	28.942
Impostos e contribuições s/ ativos diferidos	(3.306)	4.209	903
Outros	32.248		32.248
Resultados dos períodos ajustados	32.460	8.759	32.460
Outras obrigações	(17.355)	(8.759)	(8.596)
Outros	63.173		63.173
Fluxo de caixa proveniente de (utilizado nas) das atividades operacionais	78.278		78.278
Fluxo de caixa proveniente de (utilizado nas) atividades de investimento	(111)		(111)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento			
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	78.167		78.167
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos	76.773		76.773
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos períodos	154.940		154.940
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	78.167	-	78.167

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Anterior</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Atual</u>
Resultado do semestre	<u>3.518</u>	<u>4.550</u>	<u>8.068</u>
Outros resultados abrangentes do semestre	-	-	-
Total do resultado abrangente do semestre	<u>3.518</u>	<u>4.550</u>	<u>8.068</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Disponibilidades		
Em moeda nacional	596	6.803
Em moeda estrangeira	990	8
Subtotal de disponibilidades	<u>1.586</u>	<u>6.811</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>146.298</u>	<u>63.495</u>
Total	<u>147.884</u>	<u>70.306</u>

A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez é como segue:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	86.297	34.995
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	60.001	28.500
Total	<u>146.298</u>	<u>63.495</u>

As aplicações interfinanceiras de liquidez, referem-se a operações cujos vencimentos, na data da efetiva aplicação, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança de valor e resgatáveis a qualquer momento. No caso do Banco, referem-se a aplicações de operações compromissadas, grupo 1.2.1, que são revendidas no dia seguinte.

a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Posição bancada	1.824	1.657
Depósitos interfinanceiros	2	13
Total	<u>1.826</u>	<u>1.670</u>

6 Títulos e valores mobiliários

São representados por Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), conforme quadro abaixo:

a. Composição

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Carteira própria – Livres	170.485	119.547
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	170.485	119.547
Vinculados à prestação de garantias	2.225	1.081
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.225	1.081
Total	<u>172.710</u>	<u>120.628</u>

b. Classificação por tipo de títulos e vencimentos

Títulos para negociação (1)	<u>30/06/2021</u>				
	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>De 5 a 15 anos</u>	<u>Valor mercado/ Contábil</u>	<u>Custo de aquisição atualizado</u>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	15.252	46.447	111.011	172.710	173.190
Total	<u>15.252</u>	<u>46.447</u>	<u>111.011</u>	<u>172.710</u>	<u>173.190</u>

Títulos para negociação (1)	<u>31/12/2020</u>				
	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>De 5 a 15 anos</u>	<u>Valor mercado/ Contábil</u>	<u>Custo de aquisição atualizado</u>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	27.507	33.496	59.625	120.628	121.624
Total	<u>27.507</u>	<u>33.496</u>	<u>59.625</u>	<u>120.628</u>	<u>121.624</u>

Para fins de publicação, os títulos classificados como “Títulos para negociação” devem ser apresentados no ativo circulante, conforme § único do art. 7 da Circular Bacen nº 3.068/2001.

c. Resultado com títulos e valores mobiliários

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021 o Banco obteve rendas com títulos de renda fixa no montante de R\$2.083 (R\$2.167, em 2020).

Durante o semestre de 2021 o Banco efetuou operações de Hedge, para proteção de variação cambial, que geraram prejuízos acumulados no semestre, no valor total de R\$373 (R\$ -, em 2020).

7 Operações de crédito

As operações de crédito concentram-se em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e, de acordo com as normas da Resolução CMN nº 2.682/1999, encontram-se classificadas conforme demonstradas a seguir:

a. Classificação da carteira, por tipo de produto

Produtos	30/06/2021		31/12/2020	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Capital de Giro	205.853	35,0%	149.918	26,6%
Adiantamento A Depositantes	19		39	
Conta Garantida	1.285	0,2%	1.005	0,2%
Crédito Pessoal	47.569	8,1%	45.113	8,1%
Crédito Direto ao Consumidor	266.253	45,3%	286.751	51,2%
Financiamento imobiliário	179		-	
Total de operações de Crédito	521.158		482.826	
Circulante	456.776		449.335	
Não Circulante	64.382		33.491	

b. Classificação da carteira, por tipo de produto - continuação

Créditos por avais e fianças honrados	442	0,1%	1.639	0,3%
Devedores Por Compra de Valores e Bens	20.911	3,6%	20.531	3,7%
Aquisição de Crédito - Recebíveis de Financiamento Imobiliário	26.532	4,5%	30.824	5,5%
Aquisição de Crédito - Recebíveis de Cartão de Crédito	18.600	3,2%	24.431	4,4%
Total de outros créditos com característica de concessão de créditos	66.485		77.425	
Circulante	25.647		32.996	
Não Circulante	40.838		44.429	
Total de Operações de Crédito e Outros Créditos	587.643	100,0%	560.251	100,0%
Circulante	482.423		482.331	
Não Circulante	105.220		77.920	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – Operação de crédito	(31.422)		(49.445)	
Circulante	(27.293)		(45.208)	
Não Circulante	(4.129)		(4.237)	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – Outros créditos	(4.133)		(5.826)	
Circulante	(1.042)		(1.245)	
Não Circulante	(3.091)		(4.581)	
Total de provisões de créditos e outros créditos	(35.555)		(55.271)	
Circulante	(28.335)		(46.453)	
Não Circulante	(7.220)		(8.818)	
Total líquido das operações de créditos e outros créditos	552.088		504.980	
Circulante	454.088		435.878	
Não Circulante	98.000		69.102	

c. Classificação da carteira por risco de crédito

Níveis de Risco	% do Risco	30/06/2021		31/12/2020	
		Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA		17.138	-	11.092	-
A	0,5%	384.639	(1.923)	378.274	(1.891)
B	1,0%	78.654	(787)	61.468	(615)
C	3,0%	40.422	(1.213)	30.560	(902)
D	10,0%	26.900	(2.690)	20.997	(2.100)
E	30,0%	10.484	(3.145)	7.203	(2.161)
F	50,0%	5.024	(2.512)	4.535	(2.267)
G	70,0%	3.656	(2.559)	4.302	(3.011)
H	100,0%	20.726	(20.726)	42.324	(42.324)
Totais		587.643	(35.555)	560.251	(55.271)
Circulante		482.423	(28.335)	482.331	(46.453)
Não Circulante		105.220	(7.220)	77.920	(8.818)
Total		587.643	(35.555)	560.251	(55.271)

d. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo no início do período	55.271	37.945
Constituição - operação de créditos	69.915	141.041
Reversão - operação de créditos	(55.271)	(84.623)
Subtotal - registrado como despesa	14.644	56.418
Créditos de liquidação duvidosa baixados para prejuízo	(34.360)	(39.092)
Saldo no final	35.555	55.271

e. Carteira por atividade econômica

Atividade econômica	30/06/2021		31/12/2020	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Intermediários financeiros	442	0,1%	-	-
Indústria	38.782	6,6%	44.279	7,9%
Comércio	49.982	8,5%	23.595	4,2%
Serviços	138.337	23,5%	112.548	20,1%
Pessoa física	360.100	61,3%	379.829	67,8%
Totais	587.643	100,0%	560.251	100,0%

f. Carteira por faixa de vencimento

Prazos de vencimento	30/06/2021		31/12/2020	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Vencidas	38.717	6,7%	50.574	8,9%
A vencer até 30 dias	73.939	12,6%	77.331	13,8%
A vencer de 31 a 60 dias	83.660	14,2%	74.254	13,3%
A vencer de 61 a 90 dias	69.581	11,8%	53.538	9,6%
A vencer de 91 a 180 dias	112.529	19,1%	123.090	22,0%
A vencer de 181 a 360 dias	103.997	17,7%	103.544	18,5%
A vencer após 360 dias	105.220	17,9%	77.920	13,9%
Totais	587.643	100,0%	560.251	100,0%

g. Concentração da carteira

	30/06/2021		31/12/2020	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	100.940	17,2%	103.363	18,4%
20 maiores devedores seguintes	74.491	12,7%	59.276	10,6%
50 maiores devedores seguintes	55.855	9,5%	25.028	4,5%
100 maiores devedores seguintes	20.098	3,4%	17.823	3,2%
Outros	336.259	57,2%	354.761	63,3%
Total	587.643	100,0%	560.251	100,0%

h. Resultado com operações de crédito

(i) Operações de créditos

	30/06/2021	30/06/2020 (Reapresentado)
Rendas de empréstimos	31.534	41.004
Rendas de financiamentos	81.722	60.136
Rendas de financiamentos habitacionais	5	-
Rendas financ. devedores por compra de valores e bens	1.871	838
Recuperação de créditos	5.643	2.328
Renda bruta de operações crédito(a)	120.775	104.306
(-) Comissões sobre operações de crédito	(55.501)	(25.415)
Total	65.274	78.891

(ii) Outros créditos com característica de concessão de crédito

	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de aq. crédito - Recebíveis de Financ. Imobiliário	3.826	2.863
Rendas de aq. crédito - Recebíveis de Cartões de Créditos	753	800
Rendas de fiança honrada	62	84
Recuperação de créditos	1.703	1.615
Outros	-	26
Total	6.344	5.388

i. Outras informações de operações de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2021, houve operações de créditos renegociadas no montante de R\$37.261 (R\$ 85.599 em dezembro de 2020), com saldo de provisão de R\$3.012 (R\$6.439 em dezembro de 2020) e saldos recuperados de R\$6.290 (R\$10.735 em 2020).

As garantias das operações de créditos com pessoas jurídicas são representadas por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), caução de títulos, alienação fiduciária e penhor mercantil, ao passo que com pessoas físicas se restringem, basicamente, a garantias fidejussórias.

8 Outros ativos financeiros

O saldo de outros ativos financeiros está composto por:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Devedores por depósito em garantia:		
Recursos fiscais	15.50	15.40
Depósitos ações cíveis	6	1
Recursos Trabalhistas	1.113	1.107
Outros depósitos judiciais	1.414	1.407
	<u>779</u>	<u>809</u>
Subtotal devedores por depósito em garantia	18.812	18.724
Impostos e contribuições a compensar – IPRJ e CSSL	8.427	12.850
Devedores diversos – País:		
Baixas em operações de crédito a processar	2.236	2.254
Baixas em operações de crédito – confissão de dívida	967	967
Outros devedores diversos	311	315
Subtotal – Devedores diversos - País	3.514	3.536
Provisão para perdas em outros créditos - Sem característica de concessão de crédito	(3.110)	(3.075)
Rendas a receber	771	944
Diversos	635	273
Total	29.049	33.252
Circulante	4.582	14.170
Não circulante	24.467	19.082

9 Créditos tributários

A Administração reconheceu créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, e sobre os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	30/06/2021			31/12/2020	
	IRPJ	CSLL		IRPJ	CSLL
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	15.166	21.843	991	-	6.538
Diferenças temporárias	183.805	162.948	20.857	206.236	206.236
Total base dediferimento	198.971	184.791	21.848	206.236	212.774
Alíquota	25%	20%	25%	25%	20%
Crédito tributário diferido atual	49.743	36.958	5.462	51.559	42.555
Total IRPJ +CSLL	92.163			94.114	
Movimentação do crédito tributário	IRPJ	CSLL		IRPJ	CSLL
Saldo inicial	51.559	42.555		45.611	38.018
Constituição de diferenças temporárias	6.926	5.541		20.247	16.198
Const.de dif. temporárias- mudança de alíquota	-	1.043		-	(2.386)
Realização de diferenças temporárias	(12.534)	(10.027)		(13.226)	(7.936)
Varição líquida na movimentação das diferenças temporárias	(5.608)	(3.443)		7.021	5.876
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa	3.792	3.061		43	1.054
Constituição de base negativa- mudança de alíquota	-	247		-	-
Realização de prejuízo fiscal e base negativa	-	-		(1.116)	(2.393)
Varição líquida na movimentação de prejuízo fiscal e base negativa de CSSL	3.792	3.308		(1.073)	(1.339)
Saldo Final	49.743	42.420		51.559	42.555

Para efeito de apuração do crédito tributário sobre a Contribuição Social sobre o Lucro, a qual sofreu majoração da alíquota em 5%. Aplicamos alíquota proporcional para cada período e consideramos a expectativa de realização até 31 de dezembro de 2021.

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está em conformidade com as exigências da legislação e os normativos aplicáveis, sendo fundamentada em Estudo Técnico de Avaliação e Reconhecimento de Créditos Tributários elaborado pelo Banco, com assessoria de uma consultoria externa e amparado por Estudo de Viabilidade Econômico-financeira, preparado para os próximos 5 (cinco) anos, como parte do programa de readequação operacional do Banco, periodicamente revisto pela Administração.

Abaixo, demonstramos a expectativa de realização do crédito tributário para os próximos anos:

Realização do crédito tributário	30/06/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1º Ano	5.011	5.052	16.682	13.494
2º Ano	10.958	8.766	6.901	5.763
3º Ano	7.706	6.165	4.319	3.671
4º Ano	6.162	4.930	4.789	4.206
5º Ano	4.579	561	4.621	3.696
Acima de 5 anos	15.327	16.946	12.339	11.292
Totais	49.743	42.420	51.559	42.555

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDIs) projetada para os períodos demonstrados acima, a uma taxa de 1,23% a.a., demonstrado no quadro abaixo:

Realização do crédito tributário	30/06/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
1º Ano	4.806	4.845	16.328	13.208
2º Ano	9.799	7.839	6.463	5.398
3º Ano	6.470	5.176	3.817	3.244
4º Ano	4.858	3.887	3.992	3.506
5º Ano	3.390	415	3.634	2.907
Acima de 5 anos	10.654	11.780	10.570	8.699
Totais	39.977	33.942	44.804	36.962

10 Outros ativos

O saldo de outros ativos encontra-se representado por:

	30/06/2021	30/06/2020
Outros valores e bens	53.899	56.503
Material em estoque	69	71
Bens não de uso próprio	53.830	55.083
Bens não de uso próprio (a)	55.200	56.432
(-) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(1.370)	(1.349)
Despesas antecipadas	8.588	3.429
Serviços de terceiros	1.178	1.187
Comissões pela captação de títulos	133	207
Deságio por intermediação de CDB	7.277	2.035
Total	62.487	58.583
Circulante	19.209	57.246
Não circulante	43.278	1.337

- (a) Referem-se a bens recebidos em garantia de empréstimos, relativos a carteiras de empresas e imobiliários. Os valores apresentados estão suportados por laudos de avaliação elaborados por peritos independentes e, caso necessário, ajustados ao valor de mercado. A Administração acredita que irá realizar esses bens sem perdas significativas.

11 Depósitos

	30/06/2021				Total	31/12/2020
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Depósitos à vista	15.082	-	-	-	15.082	19.074
Depósitos a prazo (i)	-	28.254	274.392	525.733	828.379	618.071
Total	15.082	28.254	274.392	525.733	843.461	637.145
Circulante					317.728	244.647
Não circulante					525.733	392.498

(i) Em 2021, os dois maiores clientes representam 62,52% e 16,26% do total de depósitos a prazo, todavia os referidos clientes são instituições que intermediam aplicações de recursos, ou seja, aplicam no Banco para seus clientes, que substancialmente estão concentrados em pessoas físicas.

Os vencimentos dos depósitos a prazo e interfinanceiros concentram-se em 62% da carteira por vencimentos acima de 360 dias (92% em 2020), cujo fluxo é compatível com os vencimentos das operações ativas, conforme classificação acima.

Despesas com operações de captações no mercado

	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de depósitos a prazo	(17.036)	(13.877)
Despesas de comissão pela captação	(1.569)	(1.723)
Outras despesas de captação	(1.291)	(622)
Despesas de captação	(19.896)	(16.222)

12 Recursos de aceites e emissão de títulos

	30/06/2021			Total	31/12/2020
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Letras de crédito imobiliário	3.375	1.475	-	4.850	7.480
Letras financeiras garantidas	-	10.160	-	10.160	38.862
Total	3.375	11.635	-	15.010	46.342

13 Outros passivos financeiros

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cobrança e arrecadação de tributos	1.108	9
Carteira de câmbio	1.134	-
Contribuições fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições sobre o lucro – base corrente	-	8.239
Impostos e contribuições a recolher	2.080	2.486
Impostos e contribuições diferidos	44	54
Subtotal contribuições fiscais e previdenciárias	2.124	10.779
Cheque administrativo	13	13
Provisão despesas administrativas		
Despesas com pessoal	3.202	2.561
Comissão com equalização de produto CDC-E	24.982	19.854
Provisão para prestadores de serviços	2.915	3.770
Subtotal provisão despesas administrativas	31.099	24.825
Acordos operacionais	3.212	2.514
Serviços de correspondentes a pagar	1.722	8.675
Créditos a baixar de operações de crédito	1.202	1.201
Contratos de operações de crédito a liberar	990	554
Fornecedores	888	613
Crédito antecipado da carteira de recebíveis	621	547
Outros credores diversos	860	1.058
Subtotal Credores diversos - País	9.495	15.162
(c) Outros passivos financeiros	788	1.196
Total	45.762	51.984
Circulante	41.727	47.675
Não circulante	4.035	4.309

14 Provisões

As provisões para contingências estão divididas entre provisões para riscos cíveis, trabalhistas, provisões fiscais e previdenciárias, conforme demonstradas no quadro abaixo:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para riscos trabalhistas (a)	4.858	4.592
Provisão para riscos cíveis (a)	1.069	3.102
Provisão fiscais e previdenciárias (b)	20.926	20.784
Total	26.853	28.478

a) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Compõem a rubrica “Provisão para passivos contingentes” o provisionamento para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, em que o Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos, trabalhista e cíveis. As movimentações das provisões para contingências cíveis e trabalhistas estão assim demonstradas:

	Depósitos Judiciais			Provisão para Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31/12/2020	1.407	1.107	2.514	4.592	3.102	7.694
Adições	7	6	13	308	1.664	1.972
Baixas	-	-	-	(42)	(3.697)	(3.739)
Saldo em 30/06/2021	1.414	1.113	2.527	4.858	1.069	5.927

	Depósitos Judiciais			Provisão para Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31/12/2019	1.416	1.088	2.504	4.151	3.377	7.528
Adições	34	22	56	458	382	840
Baixas	-	(1)	(1)	-	(274)	(274)
Saldo em 30/06/2020	1.450	1.109	2.559	4.609	3.485	8.094

b) Provisões fiscais e previdenciárias

	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para PIS (i)	14.874	14.773
Provisão para INSS (ii)	3.169	3.145
Provisão para imposto de renda (iii)	1.306	1.298
Provisão para contribuição social (iii)	1.577	1.568
	20.926	20.784

(i) O provisionamento está representado, substancialmente, pela contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), nos moldes da Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante atualizado, no período, equivale a R\$14.874 (R\$14.773 em 2020), conforme demonstrado pela Nota Explicativa nº 7 - Outros ativos financeiros.

(ii) Trata-se do Processo de Impugnação do Auto de Infração nº 15504.723181/2015-37, lavrado em decorrência de suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pela empresa, inclusive aquelas destinadas ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa (GILRAT), bem como aquelas devidas a terceiros.

(iii) A principal provisão, tanto para Imposto de Renda, quanto para Contribuição Social, nos valores de R\$1.179 e R\$1.172 (R\$1.172 e R\$1.079 em 2020), respectivamente, são referentes ao Processo de Impugnação dos Autos de Infração nº 15501.726886/2012-63 (MPF nº 0610100.2010.02054) em decorrência de a Receita Federal não ter admitido a dedutibilidade das despesas com pagamentos realizados a um correspondente (empresa ligada). O restante dos valores, tanto para imposto de renda, quanto para Contribuição Social referem-se ao processo: 1997.38.0001129219 - IRPJ exercício/97, ano-base/96 -

Majoração de alíquota.

No semestre findo em 30 de junho de 2021 ocorreram adições em depósitos judiciais no valor de R\$104 (178, em 2020) e adições na conta de provisões no valor de R\$142 (R\$243, em 2020)

Passivos contingentes fiscais, trabalhistas e cíveis classificados como risco de perda possível

São processos judiciais e administrativos de naturezas fiscal, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados. Ainda, a título de informação, no período, as contingências avaliadas, de naturezas trabalhista, fiscais e cível, como perda possível, para as quais não há provisão, totalizam R\$4.162 (R\$4.659 em 2020).

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$106.711 (R\$104.119 em 2020), representado por 66.003 mil ações ordinárias nominativas e 66.003 mil ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva legal

A reserva de lucros é representada pela reserva legal, que é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Por proposta da Administração, foram destinados R\$329 (R\$176 em 2020) para reserva legal, não houve provisão para juros sobre capital próprio.

Relativamente ao saldo restante do lucro do período, no montante de R\$ 6.252 (R\$3.342 em 2020), foi reclassificado para reserva de retenção de lucros para destinação futura, com o objetivo de proteção e fortalecimento do capital próprio do Banco.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposição estatutária, 10% do lucro líquido, ajustados pela diminuição ou pelos acréscimos dos valores especificados nos itens I, II e III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976, serão destinados ao pagamento mínimo obrigatório aos acionistas, mediante proposta do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, se instalado, e será compensado por dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio que já tenham sido declarados.

d. Reserva de retenção de lucros

No período, após a constituição da reserva legal e distribuições de lucros, a Administração do Banco optou por amortizar o saldo remanescente do resultado na Reserva de Retenção de Lucros.

16 Rendas de prestação de serviços

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Rendas de comissão de agenciamento de seguros	765	557
Rendas de garantias prestadas	78	294
Outras receitas de prestação de serviços	48	36
Receitas de prestação de serviços:	891	887
Receitas de confecção de cadastro - PJ	810	718
Outras tarifas	418	525
Rendas de tarifas bancárias:	1.228	1.243

17 Despesas com pessoal

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Proventos + Honorários Diretoria	(7.031)	(6.499)
Encargos sociais	(1.938)	(2.063)
Benefícios	(1.323)	(1.352)
Despesas de pessoal:	(10.292)	(9.914)

18 Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Despesas de outros serviços de terceiros	(6.217)	(6.433)
Despesas de processamento de dados	(8.119)	(5.545)
Despesas de localização e funcionamento	(1.281)	(1.608)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.914)	(1.430)
Despesas de marketing	(486)	(1.479)
Despesas de emolumentos judiciais	(1.475)	(845)
Despesas de serviços do SFN	(859)	(830)
Despesas de indenizações judiciais	(318)	(521)
Despesas com amortização	(762)	(903)
Despesas com depreciação	(114)	(91)
Demais despesas administrativas	(872)	(993)
Outras despesas administrativas	(22.417)	(20.678)

19 Despesas tributárias

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
COFINS	(4.888)	(4.043)
PIS	(809)	(657)
ISSQN	(119)	(344)
ITBI/IPTU	(389)	(302)
Outros tributos	(52)	(5)
Despesas tributárias	(6.257)	(5.351)

20 Outras receitas operacionais

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Reversão de provisões para pagamentos a efetuar	29	1.163
Reversão de provisão para contingências - Ações cíveis	3.697	274
Reversão de provisão para contingências - Trabalhistas	42	-
Taxa de permanência no recebimento de créditos	3.230	2.648
Multas no recebimento de créditos em atraso	2.429	2.281
Recuperação de encargos e despesas	250	253
Variações monetárias ativas	194	304
Outras rendas operacionais	171	670
Outras receitas operacionais	<u>10.042</u>	<u>7.593</u>

21 Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Despesa com acordos imobiliários	(1.576)	(1.887)
Descontos concedidos nos recebimentos de créditos	(1.256)	(1.613)
Descontos concedidos nos recebimentos de recebíveis	0	(37)
Varição monetária passiva	(247)	(218)
Desp. atualiz. impostos e contribuições	(39)	(65)
Provisão sobre garantias prestadas	(1)	(1)
Provisões para pagamentos a efetuar	(219)	(189)
Provisão para contingências - Trabalhistas	(309)	(458)
Provisão para contingências - Ações cíveis	(1.675)	(348)
Outras despesas operacionais	(742)	(132)
Outras despesas operacionais	<u>(6.064)</u>	<u>(4.948)</u>

22 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social nos resultados dos períodos pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	30/06/2021		30/06/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações estatutárias	7.117	7.117	13.843	13.843
Adições (exclusões) permanentes	126	126	151	151
Diferenças temporárias ativas diferidas	(22.430)	(22.430)	3.256	3.256
Diferenças temporárias passivas diferidas	22	22	(211)	(211)
Resultado líquido ajustado	(15.165)	(15.165)	17.039	17.039
(-) Prejuízo fiscal/base negativa	-	-	(4.294)	(5.112)
Base de cálculo tributável	-	-	12.745	11.927
Alíquota-base	-	-	(1.912)	(2.177)
Alíquota adicional	-	-	(1.262)	-
Subtotal - Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	-	-	(3.174)	(2.177)
Efeito da "Lei do bem"	918	487	(25)	18
Totais dos impostos correntes	918	487	(3.199)	(2.159)
Base de cálculo tributável	22	22	(211)	(211)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	-	-	(49)
Passivo fiscal diferido	6	4	(53)	(52)
Base de cálculo tributável	(22.430)	(22.430)	3.256	3.256
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	-	-	-
Diferenças temporárias	-	-	76	367
Crédito tributário alteração alíquota CSLL (*)	-	20.860	-	-
Diferenças temporárias	(5.607)	(3.443)	833	724
Base de cálculo tributável	15.165	15.165	(4.294)	(5.112)
Crédito tributário alteração alíquota CSLL (*)	-	991	-	-
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	1.125	-	1.131
Prejuízo fiscal/base negativa	3.791	3.308	(1.073)	(796)
Ativo fiscal diferido	(1.810)	(131)	(293)	(124)
Total imposto de renda e contribuição social	(892)	356	(3.492)	(2.283)

(*) Efeito da alteração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido instituído pela Medida Provisória nº 1.034 DE 01/03/2021.

23 Transações com partes relacionadas

a. Sumário das transações

	30/06/2021				
	Títulos e Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	Receitas (despesas) do período
Pessoal chave da administração	-	101	565	-	(1.039)
Outras partes relacionadas (1)	23.194	1.161	15.878	477	(5.375)
Total	23.194	1.262	16.443	477	(6.414)

	30/06/2020				
	Títulos e Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	Receitas (despesas) do período
Pessoal chave da administração	-	28	352	228	(725)
Outras partes relacionadas (1)	37.346	1.275	14.938	606	(6.225)
Total	37.346	1.303	15.290	834	(6.950)

1) As principais despesas referem-se a serviço de cobrança e apoio administrativo, as quais foram equivalentes a R\$4.849, em 2021 (R\$5.639, em 2020).

As captações e as transações acima descritas foram realizadas em condições pactuadas entre as partes. Os depósitos a prazo têm taxa máxima de 132% do CDI e prazo máximo de vencimento em 3 de junho de 2022.

Outras partes relacionadas

- Os títulos de crédito a receber no total de R\$23.194 (R\$37.346 em 2020) com provisão no total de R\$3.176 (R\$7.611 em 2020), referem-se ao saldo em 30 de junho de 2021 da carteira de recebíveis de créditos imobiliários adquirida de empresa ligada - Nota Explicativa nº 6.
- Depósitos à vista representados por R\$361 (R\$176 em 2020) de pessoa física e R\$865 (R\$1.127 em 2020) por empresas ligadas.
- Depósitos a prazo compostos de R\$7.676 (R\$9.314 em 2020) de pessoas físicas e R\$10.284 (R\$5.976 em 2020) por empresas ligadas.
- Letras de créditos imobiliários compostas de R\$377 (R\$834 em 2020) de pessoas físicas.

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego e de contrato de trabalho para o seu pessoal-chave da Administração.

24 Resultados não recorrentes

A Administração entende que toda transação que gere receitas e despesas oriundas de suas atividades operacionais e não operacionais e que são recorrentes no seu dia a dia, bem como,

as despesas essenciais para o funcionamento da organização são resultados recorrentes. Resultados não recorrentes, no entendimento da Administração, são aqueles atípicos, que fazendo ou não fazendo parte da operação não são comuns nas atividades da organização. O efeito dos resultados não recorrentes, em 30 de junho de 2021, é como segue:

	30/06/2021	30/06/2020
Resultado Recorrente	6.581	9.936
Ganhos (perdas) com transformação do produto CDC-e de determinado lojista em CDC	-	(1.868)
Resultado não Recorrente	6.581	8.068

25 Gestão de riscos e capital

O Banco vem disseminando ao longo dos últimos anos a importância do gerenciamento de riscos e de capital na gestão de seus negócios, o que contribui para o fortalecimento do mercado financeiro e das relações com os seus acionistas e com as partes interessadas.

O gerenciamento de riscos e de capital é parte integrante e fundamental das atividades da Instituição, os quais se encontram alinhados à estratégia e ao modelo de negócio. A gestão rigorosa e abrangente dos riscos proporciona a estabilidade dos resultados financeiros e contribui para a geração de valor para a criação de um banco sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

a. Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte ou pelas contrapartes conectadas, de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; da reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Banco efetua a gestão do risco de crédito por meio da implementação de políticas de crédito específicas destinadas a cada segmento em que o Banco opera e nas quais são evidenciados as alçadas de aprovação, os sistemas operacionais, as rotinas, os limites operacionais, as vedações, a revisão e aprovação do crédito, dentre outras questões relevantes.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira de crédito do Banco são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros aspectos.

b. Risco de Liquidez

É a possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como é a possibilidade de a instituição não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez da Instituição tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras, procurando garantir: (i) o pagamento de obrigações e compromissos assumidos com clientes, fornecedores e acionistas; (ii) a capacidade de alavancar o crescimento dos ativos de maneira sustentável, sem comprometer o pagamento dos compromissos assumidos; e (iii) a efetividade de atuação da Instituição nos mais diferentes cenários, efetuando sempre testes para medir a capacidade desta, inclusive, em ambientes mais severos.

c. Risco de Mercado

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Quanto ao risco da Taxa de Juros do Banking Book (RTJBB) ou em inglês Interest Rate Risk in the Banking Book (IRRBB), também previsto no artigo 25 da resolução supracitada é definido como o risco atual ou potencial, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição Financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de mercado do Banco consiste na análise detalhada do perfil da carteira e dos fatores de risco a que esta se encontra sujeita e consistem na avaliação dos níveis de exposição e a sua conformidade com as definições internas, visando o enquadramento e o acompanhamento do montante em risco.

Este processo envolve várias áreas que possuem atribuições específicas e garante uma estrutura eficiente na mensuração e no controle do risco de mercado, definindo parâmetros, diretrizes e limites operacionais de exposição ao risco de mercado detido pelo Banco em patamares que propiciem: (i) a proteção dos ativos e dos passivos contra a volatilidade das taxas e dos preços de mercado, incluindo a preservação do capital da Instituição; e (ii) o atendimento às necessidades cumulativas de geração de valor para os acionistas, clientes e contrapartes.

O atual modelo de risco de mercado também permite acompanhar a sensibilidade das taxas de juros, comparando a curva de mercado recente com os cenários formados, o que possibilita simular como tais taxas podem variar e afetar as posições assumidas pela Instituição.

Além do acompanhamento diário das exposições dos diversos fatores de risco, o risco de mercado no Banco Semear é avaliado por cinco medidas principais: (i) Value at Risk (VaR); (ii) Testes de Estresse (Stress Testing); (iii) posições; (iv) sensibilidades ; e (v) testes de aderências (Backtesting).

d. Risco Operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Tal definição, ainda explicitada na mesma resolução, inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. Em complemento, na definição do acordo de Basileia, excluem-se do conceito os riscos estratégicos e de reputação.

O gerenciamento do risco operacional do Banco é composto por políticas, normas e procedimentos que asseguram o controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, as atividades, os processos, os sistemas e a

extensão da exposição aos riscos, proporcionando uma gestão efetiva da Instituição.

O gerenciamento do risco operacional do Banco encontra-se segmentado em duas abordagens, quais sejam: (i) a qualitativa e (ii) a quantitativa.

Qualitativa

A abordagem qualitativa é composta por metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas da Instituição.

Todos os colaboradores que fazem parte ou participam das atividades desenvolvidas na Instituição estão comprometidos com a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais inerentes ao Banco Semear.

Quantitativa

A abordagem quantitativa é composta pelo acompanhamento contábil das perdas originadas pelos incidentes de risco operacional. A área de riscos identifica a origem de sua ocorrência e a associa com as rubricas contábeis específicas. Esta dinâmica permite a realização periódica de consistências correlatas à perda estimada em relação à perda realizada e aos incidentes registrados.

e. Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente.

O processo de gerenciamento de risco socioambiental da Instituição conta com uma estrutura de governança composta por comitês, políticas, normas e procedimentos que buscam promover o tratamento adequado das questões socioambientais, minimizando riscos e corrigindo eventuais deficiências identificadas.

Este processo atende a Resolução nº 4.327 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e observa os princípios de relevância e proporcionalidade, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Instituição.

f. Gerenciamento de Capital e Limites Operacionais

A Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN) define o “gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais a Instituição está sujeita, planejamento de metas e de necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição”.

Com o intuito de garantir a efetividade do gerenciamento de capital, as áreas da Instituição compartilham responsabilidades e controles, sendo que todos os envolvidos acompanham a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizam os riscos e corrigem eventuais deficiências identificadas.

O gerenciamento de capital da Instituição atua de forma a antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças das condições de mercado. Dentro deste contexto, o Banco como objetivo: (i) assegurar a solvência, a liquidez e o adequado nível de retorno sobre o

capital; (ii) implantar e manter processos de gerenciamento de capital que possibilitem a identificação e a avaliação dos riscos relevantes; (iii) manter adequado o capital regulatório em conformidade com as regras estipuladas pelo órgão regulador por meio das normas vigentes aplicáveis; (iv) garantir que os processos de gerenciamento de capital cumpram a regulamentação vigente e estejam alinhados com as melhores práticas nacionais e internacionais de gestão; (v) identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos inerentes aos produtos, serviços e operações da Instituição; (v) avaliar os impactos sobre os resultados; e (vi) decidir tempestivamente sobre os limites de exposições aceitos.

Em outubro de 2013, entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, contendo a nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos.

O cálculo do capital regulatório do Banco para a cobertura de risco baseia-se na Resolução nº 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Instituição encerrou o 1º. semestre de 2021 com índice de Basileia de 13,45%.

O cumprimento dos limites em relação ao capital regulatório é estritamente observado pelo Conselho de Administração do Banco.

O quadro a seguir demonstra a apuração do índice de Basileia:

**Detalhamento das Margens de Requerimento
Relativamente ao RWA**

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Patrimônio de Referência (PR)	107.163	119.983
Patrimônio de Referência Nível I	107.163	119.983
Capital Principal – CP	107.163	119.983
Ativos Ponderados por Risco - RWA	796.659	634.743
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada – RWACPAD	655.874	562.639
RWA para Risco de Mercado – RWAMPAD	77.541	136
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada – RWAOPAD	63.243	71.968
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	35.849	28.563
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA	47.799	38.085
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	63.732	50.779
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem Sobre o Capital Principal Requerido	71.131	91.420
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	59.363	81.899
Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido	43.430	69.204
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	13,45%	18,90%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	13,45%	18,90%
Índice de Basileia (PR/RWA)	13,45%	18,90%

Os princípios e as normas que direcionam o gerenciamento dos riscos envolvidos nas operações e nos processos da Instituição, bem como a estrutura constituída para assegurar identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação destes, em conformidade com as determinações emanadas da Circular Bacen nº 3.678/2013, encontram-se disponíveis no site www.bancosemear.com.br.

g. Análise de Sensibilidade

g.1 Cenários de inadimplência e custo de captação

Com o intuito de se avaliar o quão sensível são os principais indicadores de solidez do Banco (Liquidez, Patrimônio Líquido e Índice de Basileia) foi realizada uma análise de sensibilidade levando em consideração três variáveis bem importantes para a realidade do Banco: a inadimplência da carteira de pessoa física; a inadimplência da carteira de pessoa jurídica; o custo de captação de recursos no mercado.

Levando em consideração as três variáveis acima, foram elaborados três cenários baseados no orçamento original.

Os cenários desenhados foram os seguintes:

Descrição cenários (Base 30 de Junho de /2021)	
Cenário 1	Incremento da inadimplência de PF em 20% e de PJ em 15% e incremento do custo de captação em 10%.
Cenário 2	Incremento da inadimplência de PF em 40% e de PJ em 30% e incremento do custo de captação em 20%.
Cenário 3	Incremento da inadimplência de PF em 60% e de PJ em 45% e incremento do custo de captação em 30%.

Com base nesses cenários, os principais resultados esperados para o fechamento do semestre de 2021 são os seguintes:

Indicador	Orçamento Original	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Caixa	151.158	150.392	149.652	150.947
PL	127.542	127.104	126.628	126.058
Basileia	13,27%	13,18%	13,08%	12,96%

Em todos os cenários realizados, mesmo no mais pessimista de todos, o Banco mantém níveis de liquidez, de Patrimônio Líquido e Índice de Basileia adequados à sua atividade.

g.2 Sensibilidade de Risco de Mercado

O Banco Semear acompanha o risco de taxas de juros para sua carteira, com utilização de cenários com aplicação de choque nos fatores de risco que possam causar impactos em sua

carteira. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

O demonstrativo abaixo contém a análise de sensibilidade dos ativos classificados nas carteiras indexadas às taxas de maior exposição do banco, quais sejam IGPM, IPCA e taxa PRÉ.

Valores em milhares de Reais

Mtm em normalidade	144.961,37		
Choques por bases point	Cenário	MtM em Estresse	Delta
-400 bps	Gravíssimo	112.776	-32.185
-300 bps	Grave	121.125	-23.837
-200 bps	Moderado	129.287	-15.674
-100 bps	Leve	137.239	-7.723
+100 bps	Leve	152.442	7.481
+200 bps	Moderado	159.673	14.712
+300 bps	Grave	166.650	21.688
+400 bps	Gravíssimo	173.371	28.409

Fonte: Sistema Basileia e Mercado da Ellin Duxus

Para subsidiar a análise foram considerados os seguintes cenários:

- CENÁRIO 1 – Leve: situação de deterioração e de elevação de 100 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base;
- CENÁRIO 2 – Moderado: situação de deterioração e de elevação de 200 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base;
- CENÁRIO 3 – Grave: situação de deterioração e de elevação de 300 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base;
- CENÁRIO 4 – Gravíssimo: situação de deterioração e de elevação de 400 base point nas variáveis de mercado por meio de choques paralelos em todas as curvas IGPM, IPCA e PRÉ para data base.

Adicionalmente, a fim de estimar o efeito da variação de determinado fator de risco sobre o PR (patrimônio de referência), Banco executa testes de sensibilidade em que avalia:

- Os ganhos e perdas máximas esperadas no 1º e 99º percentil, calculados a partir de uma série de 252 retornos, apurados a partir do cálculo de VaR da carteira, utilizando metodologia paramétrica com 99% de confiança e horizonte de tempo de um dia escalado para dez dias.
- Quantidade de bases points necessários para causar reduções de 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência. Abaixo apresentamos apenas os fatores de risco onde foi possível determinar pelo menos um dos valores informados.

Valores em milhares de Reais

Fator de Risco	Percentil		Percentil		
	1 - 1 ano(s)	99 - 1 ano(s)			
Cupom de IGP-M	3.466	1.735	7%	16%	47%
Cupom de IPCA	4.730	1.851	2%	4%	10%
PRÉ	-51.657	-28.840	0%	-1%	-1%

Fonte: Sistema Basileia e Mercado da Ellin Duxus

h. Gerenciamento de Continuidade de Negócio

Para Gerenciamento de Continuidade fazemos o acompanhamento das carteiras e negócios do Banco, visando proteger a imagem e reputação assim como oferecer maior segurança para clientes, parceiros e acionistas, minimizando perdas financeiras e assegurando o nível adequado da estabilidade organizacional.

A Continuidade de Negócios no Banco contempla o gerenciamento da recuperação dos negócios em caso de interrupção e a gestão, por meio de análises, estratégias, treinamentos, testes, revisões e manutenções, a fim de garantir que o plano de continuidade de negócios esteja atualizado e operacional.

26 Outras informações

a) Ouvidoria

Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouvidoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução CMN nº 4.433/2015. Sua atuação consiste em um canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.

b) Combate aos efeitos da COVID-19

Durante o ano de 2020, o mundo foi assolado pela proliferação do vírus COVID-19 – Coronavírus – que possui uma capacidade rápida de disseminação e de contágio afetando, especialmente, idosos e pessoas com problemas crônicos de saúde. A Organização Mundial da Saúde a considerou como pandemia mundial. O Governo Federal, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil vêm tomando medidas com o intuito de atenuar estes efeitos na economia brasileira, tanto para a população quanto para as instituições financeiras. Diante desse cenário, a Administração vem agindo de forma rápida e efetiva para minimizar os impactos advindos da pandemia na instituição.

Diante de tudo isso, o Banco vem seguindo todas as recomendações do Ministério da Saúde e da OMS com o intuito de minimizar a proliferação do vírus entre os colaboradores, os clientes e a comunidade.

Como é de extrema dificuldade saber o efetivo impacto sobre o risco de crédito, risco de liquidez e nas operações de crédito fruto da atual circunstância em nosso negócio e prever todas as situações, a Administração está agindo de forma rápida para minimizar seus efeitos na instituição, da seguinte forma:

- Foi criado um comitê de crise para definições urgentes e com reuniões frequentes.
- Foram definidas três frentes emergenciais de atuação:
 - Originação: foco em garantir a entrada de operações no curto prazo e no médio prazo, tanto em operações de crédito quanto em aplicações financeiras.
 - Recebimentos: foco no monitoramento das receitas, atuando de forma instantânea em caso de inadimplência, minimizando o aumento do risco de crédito e liquidez.
 - Redução de Despesas: reavaliação de todos os contratos em andamento, cancelamento de admissões e projetos com foco no longo prazo, análise das principais linhas de despesas, para traçar um plano de redução.
- Em termos de funcionamento, foi definido um número mínimo de estrutura necessária para operacionalizar o Banco com segurança – estes ficam fisicamente presentes – e privilegiar o trabalho remoto, home office, para as atividades que não comprometam o dia a dia do Banco.
- As políticas de crédito foram ajustadas para minimizar os efeitos da inadimplência esperada para esta situação.
- Com relação à liquidez, foram realizadas captações em novas linhas regulamentadas pelo Bacen, como o DPGE e a LFG.

Conselho de Administração

Roberto Willians Silva Azevedo
Presidente

Márcio José Siqueira de Azevedo
Conselheiro

Lilian Lucia Leão de Azevedo Pessoa
Conselheira

Ilvio Braz de Azevedo
Conselheiro

Diretoria

Roberto Willians Silva Azevedo
Diretor-presidente

Arthur Soares Campos
Diretor

Lucas Thaislo Faria
Diretor

Mônia Alves de Souza
Diretora

Contadora responsável

Maria Aparecida F. de Souza Costa
CRC-MG: 48852/O-2
